

VARIANTES AUTORAIS N'A CONFEDERAÇÃO DOS TAMOIOS¹

Fábio Frohwein (UNESA e UFRJ)

RESUMO

Este trabalho expõe os primeiros resultados do cotejo entre edições d'A Confederação dos Tamoios, poema de Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882). Empregaram-se, portanto, as edições de 1856 e 1864, além das versões iniciais dos cantos primeiro e quarto, publicadas na *Revista Nacional e Estrangeira* em 1839. Observou-se conseqüentemente que, ao longo de sua tradição impressa, a obra ganhou alterações, ocorrendo variantes autorais. Tais alterações foram anotadas e interpretadas com base na própria semiologia do poema.

Palavras-chave:

Edições, Tradição impressa, Variantes autorais, Confederação dos Tamoios, Gonçalves de Magalhães

A *Confederação dos Tamoios* (1856), poema épico de Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882), narra o episódio histórico homônimo ocorrido entre 1554/5-1567, em que índios do norte de São Paulo e sul fluminense reuniram-se com o objetivo de expulsar os portugueses daquela região. O poema tem por herói Aimbire, filho de Cairuçu, que busca vingar a morte do pai, escravizado até a exaustão por Brás Cubas, governador da Capitania de São Vicente. Aimbire persuade os chefes indígenas a unirem-se numa confederação, apoiada pelos franceses, e investe contra os lusos. A obra finda com a derrota dos índios e conseqüente morte do herói, sepultado por José de Anchieta.

Do manuscrito da peça *Antônio José ou o Poeta e a Inquisição*, consta um pós-escrito segundo o qual Magalhães começou a redigir *A Confederação* em 1837. Por outro lado, não foram localizados até agora indícios materiais da pré-história do poema, senão as publicações esparsas na *Revista Nacional e Estrangeira* de dois anos depois. Da mesma forma, são por enquanto de paradeiro desconhecido quaisquer originais manuscritos autógrafos. Hélio Viana alude a um exemplar com anotações de Magalhães enviado a Pedro II, mas

¹ Uma versão deste texto foi apresentada no XI CNLF, em agosto de 2007, na UERJ

não se trataria propriamente de um original empregado como modelo para a edição ou reedição da obra.

Embora Magalhães tenha publicado apenas dois itens relativos à *Confederação* em 1839, o material já traz o embrião de quatro cantos, a saber, os primeiro, quarto, sétimo e oitavo. As alterações do estado da *Revista Nacional e Estrangeira* para o da *editio princeps* abrangem desde modificações micro-estruturais, como acréscimo, supressão e modificação de versos, até remanejamento da matéria narrada. A rigor, conforme os títulos, os itens dizem respeito aos cantos primeiro e quarto, porém o cotejo com a edição de 1856 revela que do embrionário canto primeiro se originaram os cantos sétimo e oitavo. À parte mudanças mais localizadas, o canto quarto foi posteriormente alongado, mantendo a mesma unidade nos testemunhos posteriores.

Curiosamente a primeira amostra que Magalhães oferece d'A *Confederação* é o canto quarto, publicado em maio de 1839. Dois meses depois, em julho, o canto primeiro viria a público. No canto quarto, há a despedida dos guerreiros, que seguem pela floresta para o ataque à vila de São Vicente, deliberado na assembléia do canto segundo. A meio do canto, lia-se originariamente o subtítulo "IGUASSÚ", marcando o início do monólogo da esposa prometida de Aimbire. O lirismo da fala da índia destacava-se de tal forma, que parecia ser o assunto principal. Entretanto, na *editio princeps*, o canto passou a abrigar também o episódio da tangapema, que se sobrepôs ao monólogo de Iguaçu, pela funcionalidade (elemento maravilhoso), dramaticidade (tensão entre Aimbire e o Pajé) e extensão em versos (271 contra os 129 da cena da índia).

No estado da *Revista Nacional e Estrangeira*, o canto primeiro abarcava elementos dos cantos primeiro, sétimo e oitavo do estado da edição de 1856. Abrangia a invocação ao sol e aos gênios da natureza, a descrição das belezas do Brasil, dos rios Amazonas e Paraná, comentários acerca dos indígenas, a chegada dos portugueses e a escravização dos brasílicos. Além disso, mencionava o fato de Anchieta e Nóbrega não lograrem êxito ao tentarem dissuadir os lusos dos maus tratos aos índios e a questão do livre-arbítrio trabalhada nos versos 4059-4067, ambos remanejados para o canto sétimo. Remetia ainda aos ardis de Satã para desencaminhar os lusitanos, refundidos

no canto oitavo. Na versão definitiva, o canto primeiro ganhou a cena em que Aimbire chega à aldeia de Pindobuçú e assiste ao funeral de Comorim, gancho para o canto segundo.

Na edição de 1856, *A Confederação* enfim apareceu completa em público. Em 20 de maio, Francisco de Paula Brito, responsável pela tipografia imperial Dois de Dezembro, entregou os primeiros exemplares a Pedro II (Viana, 1970: 64). Ao que tudo indica, havia grande expectativa e ansiedade em se ler o poema de Magalhães, haja vista os comentários sarcásticos dos críticos que atacaram a obra e o simples fato de se terem publicado dois anos antes os fragmentos mencionados. A qualidade do trabalho tipográfico foi muito elogiada, mas o texto em si recebeu duras críticas, dando margem a uma das mais famosas polêmicas literárias do século XIX. José de Alencar, sob o pseudônimo Ig., publicou de junho a agosto de 1856 no *Diário do Rio de Janeiro* oito cartas, ainda no mesmo ano compiladas no livro *Cartas sobre A Confederação dos Tamoios* (Apud Castello, 1953).

Em linhas gerais, Alencar reclama da qualidade do poema, expondo problemas quanto a rima, métrica, língua, construção de personagens, descrição das belezas naturais do Brasil, argumento central do poema, dentre outros. Os ataques instigaram os defensores d'*A Confederação* a participarem do debate. Pedro II e Manuel de Araújo Porto-Alegre saíram em defesa de Magalhães. À parte demais críticas de menor frequência nas páginas dos jornais, o frei Francisco de Monte Alverne quis equalizar a situação, apontando tanto incongruências das cartas de Ig. quanto problemas estilísticos d'*A Confederação*.

À guisa de exemplo, a segunda carta de Alencar, publicada a 11 de junho, aborda em específico o segundo canto do poema. O crítico de início manifesta profunda decepção a despeito da descrição das belezas naturais do Brasil. Compara *A Confederação* aos *Natches*, de Chateaubriand, asseverando que a natureza brasileira na pena de Magalhães em muito deixa a dever às regiões e rios da América do Norte.

Alencar critica a abertura do segundo canto. Entende que um poeta épico precisa alçar as raças e as ações à dimensão divina, para

fazer jus ao uso da épica. Reclama da falta de grandiosidade na descrição do conselho. E prossegue:

P'ra acabar co'os ataques reiterados

Dos Lusos, confederão-se os Tamoyos.

Eis o começo do segundo canto.

Eis a causa d'essa grande confederação que merece uma epopéa! Eis o motivo d'essa guerra de morte, d'essa vingança estrondosa! Eis o princípio de um drama terrível que acaba pela destruição de um povo!

Não é pelo odio instintivo da côr, não é pelo opprobrio e a vergonha de homens livres reduzidos á escravidão, não é pelo seu bello paiz, dominados por filhos de terras estranhas; não é para vingar as cinzas de seus pais, não é por nenhum d'esses incentivos nobres, que os Tamoyos se confederão; é unicamente *para acabar com os ataques reiterados dos Lusos*. (Castello, 1953: 11)

Outra crítica diz respeito à insistência na tradição acerca das águas do rio Carioca e do seu poder de adoçar a voz, já aludida no primeiro canto, e uma certa “*inexatidão histórica sobre o território habitado pelos tamoyos*” (Castello, 1953: 12), embora nas notas reveja o comentário. Compara os heróis de Magalhães aos de Basílio da Gama e avalia que as personagens d’*O Uruguay* foram compostas com mais “*força e beleza*” (*Idem, ibidem*, p. 13). Observando ainda que o autor d’*A Confederação* inspirou-se no poeta setecentista, confronta várias passagens em que se contrastam a pele de jacaré usada por Aimbire e a pele verde negra do índio d’*O Uruguay*; as aljavas; os aspectos agressivos de Pindobuçu e Kobé.

A única concessão que faz é quanto à passagem em que Aimbire fala de seu pai: “*Ia escapando-me citar um trecho do poema que, exceção feita de algumas palavras communs, achei lindissimo, e repassado d'essa poesia misteriosa das lendas e dos mythos*” (*Idem, ibidem*, p. 15). A seguir torna a atacar e reclama da falta de expressividade das cenas de combate entre lusos e franceses e a excessiva repetição das palavras fogo e sangue, que torna a descrição um tanto inadequada a um índio, em tese acostumado “*aos combates mortíferos de massa e tacape, e a quem por conseguinte essas idéas de sangue devião parecer naturaes, e não causar tanta impressão*” (*Idem, ibidem*, p. 16).

As cartas sobre *A Confederação* foram publicadas no *Diário do Rio de Janeiro* em duas etapas. A primeira, de 10 de junho a 14 de julho, compreende cinco cartas. A segunda, de 9 a 15 de agosto de 1856, acrescenta mais três. Em princípio, a crítica limitar-se-ia às cinco primeiras, já que a quinta se intitulava “última carta”. No entanto, somente após a quinta, começaram a surgir as respostas. O primeiro contra-ataque, de Porto-Alegre sob o pseudônimo *O amigo do poeta*, foi publicado no *Correio da Tarde* em 23 de julho, isto é, 9 dias depois da “última carta”.

Talvez a morosidade da réplica tenha decorrido da falta de sucesso dos pedidos de Pedro II. Hélio Viana relata o esforço empreendido pelo Imperador para obter junto a personalidades de vulto literário comentários favoráveis à *Confederação*. Alexandre Herculano e o poeta João Cardoso de Meneses e Sousa alegaram razões que os impedissem de participar da polêmica. Espantosamente membros da diplomacia brasileira, colegas de profissão de Magalhães, como Antônio Peregrino Maciel Monteiro, Francisco Inácio de Carvalho Moreira, Francisco Adolfo de Varnhagen, Joaquim Caetano da Silva e Joaquim Tomás do Amaral também se esquivaram da tarefa. O frei Francisco de Monte Alverne, por seu turno, atendeu à solicitação, ainda que tardiamente. Redigiu as *Considerações críticas, literárias e filosóficas*, publicadas no *Jornal do Comércio* em 23 de dezembro, cerca de quatro meses depois da oitava carta de Alencar.

Após a edição de 1856, a obra teve no ano seguinte uma reimpressão, que freqüentemente figura na tradição crítica como segunda edição. No entanto, apenas a edição brasileira de 1864 traz na página de rosto a indicação de segunda edição. A reimpressão de 1857 consiste na verdade num *codex descriptivus* e não introduz inovações, podendo portanto ser descartada sem prejuízo do trabalho filológico. Sua importância histórica circunscreve-se a ter servido de base para a elaboração da edição portuguesa de 1864, conforme abona a informação inicial. Por isso, as edições brasileira e portuguesa de 1864 são absolutamente diferentes, uma vez que seguem estados distintos do texto.

Na advertência à segunda edição, Magalhães assume que alterou o texto. As modificações não chegam a ser macro-estruturais como as observadas anteriormente do estado de 1839 para o da *editio*

princeps. O que se nota são acréscimos, supressões e modificações de versos, como o próprio autor declara. Em carta de 31 de agosto de 1856 para Porto-Alegre, até agora inédita, Magalhães diz não se abalar com a crítica:

Que pensas? Que fiquei muito afflicto com a leitura das 4 cartas empressas no Diario do Rio sobre a Confederação dos Tamoyos? Enganaste. Não me surpreendeo, nem muito incommodou-me essa critica assim tão saturada de fel, que por isso mesmo quase prova o contrario do que diz. Eu não esperava parabens e louvores: quem os merece entre nós só os recebe de alguns raros amigos.

Refuta alguns dos principais ataques, como a questão em torno à ação central do poema. Afirma que o crítico

Não leo todo o poema, e que vai expor as suas idéas na mesma ordem em que as formulou, isto é de canto em canto. Dahi afirma que eu faço derivar a acção do poema, e a alliança das tribus de um incidente insignificante, como seja a morte de um indio. O que é completamente inexacto. Quando Aimbire se apresenta a Pindobucú, e o acha dando sepultura a um filho, que na defesa de sua tenra irmã, fora morto por alguns colonos que pertendiam raptal-a, já todas as tribus, como Aimbire altamente o declara, estão confederadas, para defesa da propria liberdade, das suas vidas, e das suas terras, unicos bens de homens incultos; Que razão mais forte? Creio que pelo menos vale o rapto de uma mulher. Não faço pois depender a acção do poema, e a alliança das tribus da morte de um indio, como erradamente assevera o auctor das cartas. Faltava uma só tribu; o que fiz de proposito para começar o poema por um quadro animado de grandes paixoens, por uma scena pathetica e inesperada de uma familia, de uma tribu inteira que chora a recente morte do filho do seu chefe, victima do inimigo commum.

Na advertência à segunda edição, Magalhães não menciona críticas negativas à *Confederação*. Acerca da revisão da obra, alude aos “*louvores, e ainda mesmo a critica benevola com que o acolheram os litteratos nacionaes, e alguns estrangeiros*”. Cita em nota os nomes de D. João Gutierrez, Ricardo Ceroni, Ferdinand Wolf, J. Soares de Azevedo, e Inocência Francisco da Silva. Em carta ao Imperador de 12 de julho de 1859, o autor justifica os melhoramentos de outra maneira:

Conveniente julguei ajuntar um Prólogo, mais duas Notas, e aumentar a 7.^a, do 4.^o Canto, para responder às censuras que me fizeram, e prevenir outras de igual natureza. O nosso público, e ainda mesmo os nossos críticos, não são tão instruídos que dispensem explicações. (Viana, 1970: 69)

De fato, a recepção crítica influenciou nas reformulações para a segunda edição. No entanto, Magalhães tinha por hábito modificar seus textos quando de novas edições. A *Confederação* não é um caso isolado de revisão. Veja-se, por exemplo, a edição crítica dos *Suspiros poéticos*, para que se tenha noção do *modus operandi* do autor. Logo, seria leviano concluir que as alterações no texto de 1856 significam em absoluto que Magalhães se abateu com a crítica desfavorável.

A carta a Pedro II pormenoriza inovações que com efeito se verificam na edição de 1864:

Seguindo o exemplo constante de Camões, e de quase todos os bons poetas portugueses, escrevo agora *para*, em vez de *p'ra*, mais usado no Brasil que em Portugal; pelo que foi necessário corrigir muitos versos. (Viana, 1970: 69)

Nos aparatos críticos ao texto d'A *Confederação*, ilustram-se várias passagens em que se substituiu *p'ra*, variante sincopada da preposição *para*, mais de acordo com a oralidade brasileira, pela forma plena. Há quatro categorias decorrentes da substituição da forma sincopada:

a) simples substituição pela forma plena:

primeira edição

segunda edição

Que estende os braços p'ra abarcar a terra!

Que estende os braços para abarcar a terra! (v. 22)

b) simples substituição por outra(s) preposição(ões) com ou sem refusão do verso:

primeira edição

segunda edição

Donde p'ra seus irmãos o mal saía.
Toscas pedras p'ra o tosco monumento.

Donde incessante mal aos índios vinha
Toscas pedras em tosco monumento. (v.317)

c) substituição com refusão do verso:

primeira edição

segunda edição

Tão grande crime fugirá p'ra sempre?

Para sempre será tal crime extinto? (v.179)

d) substituição com refusão do verso e adjacências;

primeira edição

P'ra acabar co'os ataques reiterados
 Dos Lusos, confederam-se os Tamoyos.

segunda edição

Em defesa da vida e liberdade,
 Contra as injustas agressões contínuas
 Dos Lusos, confederam-se os Tamoyos.
 (vv.593-595)

Sobre o último exemplo, haveria ainda outro fator a ser avaliado. Trata-se da já mencionada crítica de Alencar à abertura do canto segundo. De certa maneira, parece que Magalhães aceita o comentário de Alencar. Na primeira versão, a articulação dos tamoios é definida na abertura do canto apenas como um levante contra os ataques dos portugueses. Na segunda, a motivação da conjura tem por valor maior a “*defensa da vida e liberdade*”, havendo um possível influxo das palavras de Alencar: “*não é pelo opprobrio e a vergonha de homens livres reduzidos á escravidão, (...) é unicamente para acabar com os ataques reiterados dos Lusos.*” (Castello, 1953: 11). Contudo, a problemática da liberdade desde o canto inicial se apresenta de forma significativa:

Mas nós, homens, a quem Tupan dêo tudo,
 Nós, que livres nascémos nestes bosques,
 Porque covardes, sem lutar, escravos
 Nos faremos agora do estrangeiro?”
 Deste geito discorrem os selvagens.

(vv.218-222)

Como o próprio Magalhães escreveu a Pedro II, “*o nosso público, e ainda mesmo os nossos críticos, não são tão instruídos que dispensem explicações*” (Viana, 1970: 63). Talvez o autor tenha, além da substituição do *p’ra*, aproveitado para reiterar que os tamoios se confederavam pela causa libertária, frisando que o levante era “*em defesa da vida e liberdade*”. De qualquer forma, quase todas as censuras de Alencar a versos mal metrificados não foram aceitas. O autor d’*A Confederação* fala sobre correções de linguagem e de estilo. Com efeito, há correções métricas. Por exemplo, os versos 124 e 504 tinham originariamente nove sílabas:

primeira edição

O ar é tão nectareo, como o aroma
 Ah, meu filho! parece o estou vendo!

segunda edição

Os ares tão nectareos, como aroma (v.124)
 Ah, meu filho! parece que o estou vendo!
 (v.504)

Magalhães alterou seis dos versos censurados por Monte Alverne em função de cacofonia:

primeira edição	segunda edição
Que nem <u>no ar</u> voando ao tiro escapa.	Que nem alto voando ao tiro escapa.
Que a <u>par dos</u> versos teus mais te exaltassem:	(v.1273)
Até que á <u>par do</u> tio ajoelhou-se.	Que além dos versos teus mais te exaltassem; (v.2019)
Do leal Camarão a <u>par dos</u> netos,	Até que juncto ao tio ajoelhou-se. (v.2409)
A <u>par da</u> Cruz de Christo que o decora,	Do leal Camarão junctos co'os netos, (v.3202)
A <u>par do</u> rico, que no fausto vive	Juncto da Cruz de Christo que o decora, (v.4669)
	Servo do rico, que no fausto vive (v.5275)

No verso 1273, a contração da preposição com o artigo *no* junto com o infinitivo *ar* forma o som desagradável *noar*, no entender de Monte Alverne. Os versos 2019, 2409, 3202, 4669 e 5275 são exemplos em que se ouvem os cacófatos *par do*, *par da*, *par dos*, apontados também em outras passagens que não foram alteradas. Magalhães parece atender mais às observações do frei, de quem foi discípulo, do que às de Alencar. A *quinta carta à Confederação dos Tamoios* traz uma seção dedicada à metrificação, em que se listam onze versos defeituosos. Modificaram-se somente dois, sendo que um deles muito provavelmente tenha sido alterado por causa do *p'ra*, a exemplo da segunda categoria apontada:

primeira edição	segunda edição
Facil foi-me o passar <u>p'ra</u> adiante os braços,	Facil foi-me o passar <u>adiante</u> os braços, (v.1100)

Magalhães fala da inclusão de um Prólogo. Nas *Considerações*, Monte Alverne, sobre a estrutura d'*A Confederação*, aponta um problema de organização, constante em poemas épicos: a anteposição da invocação à narração. Segundo o frei, “*a invocação deve ser, portanto, posterior á narração (...)*” (Viana, 1970). Para corrigir a inversão dos morfemas canônicos da epopéia, sugere que a invocação contenha “*essencialmente a exposição dos grandes factos que caracterizam a epopéa (...)*” (Castelo, 1953: 128). Provavelmente o poeta pretendeu fazê-lo para a segunda edição, ao cogitar em “*ajuntar um Prólogo*” (Viana, 1970: 69), mas depois voltou atrás e o suprimiu, uma vez que não aparece na edição de 1864. O exemplar

com anotações autógrafas depositado na Biblioteca do Imperador, Museu Imperial de Petrópolis, esclareceria melhor a questão.

A carta a Pedro II de 1859 revela ainda outras alterações comprovadas pela *colatio* dos testemunhos. Magalhães suprimiu pronomes que julgou desnecessários e operou mudanças na colocação pronominal, reiterando a opção por um padrão mais clássico de língua portuguesa. Daqui também derivam categorias de modificação:

a) supressão de pronome com pequenas alterações do verso:

primeira edição	segunda edição
“Onde estão? <u>Tu</u> perguntas? Pois não sabes	Onde estão? <u>E</u> o perguntas? Pois não sabes

b) mudança da colocação pronominal sem refusão do verso:

primeira edição	segunda edição
Só faltava- <u>lhe</u> o braço e a experiencia	Só <u>lhes</u> faltava o braço, e a experiencia (v.302)

Tencionou substituir em todo o poema a variante *inda* da preposição *ainda*: “*Onde se lê inda, pode-se escrever ainda, sem alterar o metro*” (Viana, 1970). Em alguns versos, a alteração se verifica, mas não é uma regra geral:

primeira edição	segunda edição
<u>Inda</u> tudo não é! Mesmo no centro	<u>Ainda</u> tudo não é! Mesmo no centro (v.270)
<u>Inda</u> que as aguas suas reunissem,	<u>Inda</u> que n’um só leito se ajunctassem, (v.56)

Não concorda com a censura ao verso “*Pelos mandiocaes e milharadas*” (v.4302), feita por Alencar na quinta carta. Ainda que não o altere, Magalhães acrescenta o verso “*Que tanto afan, tanto suor custaram.*” (v.4303). Objetiva assim “*pintar melhor a idéia*” (*Idem, ibidem*) da passagem apontada pelo crítico, que não merecia ser modificada ou substituída por perífrases. Observam-se também ressonâncias das sanções a respeito da repetição desnecessária de palavras, sublinhada tanto por Alencar, quanto por Monte Alverne. A repetição transcrita pelo autor das cartas não é alterada, conquanto haja um deslocamento de sintagma no verso 214:

primeira edição	segunda edição
------------------------	-----------------------

E nem n'um <u>tronco</u> só seu ninho tece;	E nem n'um <u>tronco</u> só seu ninho tece;
Embora o <u>tronco</u> firme <u>sobre a terra</u>	Embora <u>sobre a terra</u> o <u>tronco</u> firme,
Supporte a chuva, e o sol, e o vento, e o raio;	Supporte a chuva, e o sol, e o vento, e o raio;
Nem tem membros o <u>tronco</u> que o	Nem tem membros o <u>tronco</u> que o trans-
[transportem.	portem. (vv.213-216)

Todavia, a *colatio* atesta passagens em que se substituíram palavras repetidas muito proximamente:

primeira edição

O corpo sacudio, e os fortes braços,
E por terra atirou os dous contrarios:
Como ligeiro e forte era meu filho!

Para a grande vingança, de nós digna:
Não ha prazer que ao da vingança i-
guale.

segunda edição

O corpo sacudio, e os rijos braços,
E por terra atirou os dous contrarios:
Como ligeiro e forte era meu filho! (vv.486-
488)

Para a digna de nós grande vingança,
Que a vida e a liberdade nos segure.
Não ha prazer que ao da vindita iguale.
(vv.578-580)

Além das correções de estilo e linguagem, nos termos de Magalhães, houve o aumento da paratextualidade. Os cantos primeiro, segundo, quinto e décimo ganharam cada qual uma nota, somando um total de 4 novas notas explicativas. Com relação ao acréscimo de versos, a segunda edição inova com passagens de implicações semióticas variadas. Observa-se, por exemplo, que foram enfatizados traços semânticos já presentes nas categorias narratológicas do poema no estado de 1856. O autor conferiu aos índios um maior aspecto de heroísmo e bravura, problemática apontada por Alencar. A descrição das armas dos indígenas, que na primeira edição se limitava a um verso, desenvolveu-se por mais 6:

primeira edição

Arcos robustos, e emplumadas flechas.

segunda edição

Arcos robustos, lisos, e lustrados
Pelas lixosas folhas de embahiba;
Carcazes cheios de emplumadas frechas
De ligeiras ubás, tendo por pontas
Dentes de tubarões, e ossos buídos,
Seguros com tucúm, de icíca untado,
Que mais o fio aperta, e sêcca o esmalta.
(vv.628-634)

Com relação a Aimbire, Magalhães procedeu a retoques em diversas passagens. Alterou, por exemplo, a adjetivação “*forte Aimbire*” para “*heróico Aimbire*” (v. 635). Além disso, a descrição do chefe tamoio ganhou mais detalhismo com acentuados matizes de severidade e soberania:

primeira edição

Aqui se mostra á frente dos Tamoyos,
Pelo voto geral primeiro chefe.
Aimbire desde a infancia se amestrára

segunda edição

Dos Tamoyos á frente aqui se mostra,
Pelo voto geral supremo chefe.
De vulto herculeo, soberano o porte,
Olhar dominador, severo o rosto,
Bella estatua de bronze parecia,
Qual a de um Marte modelára um Phidias.
Aimbire desde a infancia se amestrára
(vv.638-644)

Aprofundou-se a dimensão psicológica do velho cacique Pin-dobuçu, personagem de grande força interior. Na caracterização da segunda edição, passaram a se mencionar a tristeza da viuvez e a postura encurvada, metáforas da resistência ao sofrimento e ao tempo:

primeira edição

De negras plumas, que a tristeza
exprimem
Pela morte do filho, qu'inda chora.

segunda edição

Com negras plumas, que a tristeza exprimem
Da sua viuvez, e a dôr recente
Pela morte do filho, que ainda chora.
Curvo á mágoa, que mais que as cans lhe pesa,
Nas mãos do que lhe resta digno herdeiro
Descança do commando o sceptro e as honras;
Mas da antiga bravura exemplo dando,
Dos perigos da guerra não se exime.
(vv.684-691)

Demais alterações não só em torno às personagens, bem como ao espaço, nas descrições da paisagem brasileira, poderão ser conferidas ao longo dos aparatos críticos ao texto d’*A Confederação*. Nesta comunicação, privilegiaram-se somente algumas das variantes autorais, deixando-se para outra oportunidade comentários acerca das flutuações ortográficas, merecedoras de um estudo à parte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTELLO, José Aderaldo. *A polêmica sobre a Confederação dos Tamoios*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1953.

VIANA, Hélio. D. Pedro II e a “Confederação dos Tamoios”. *Revista do Livro*. Ano XIII – 4º trimestre, nº 43, 1970. pp.62-71.